



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA 2009.1

FRANCYLLAYAN'S KARLA DA SILVA FERNANDES

**ESTRUTURAS SILENCIOSAS
A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA
NO CENTRO EDUCACIONAL EDVARDO TOSCANO EM
GUARABIRA**

GUARABIRA-PB

2012

FRANCYLLAYAN'S KARLA DA SILVA FERNANDES

**ESTRUTURAS SILENCIOSAS
A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA
NO CENTRO EDUCACIONAL EDVARDO TOSCANO EM
GUARABIRA**

Trabalho de conclusão de Curso (TCC) apresentado à coordenação do Curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção de conclusão do Curso do Ensino Superior de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Prof^o Ms. Ricardo Fábio da Silva Leôncio

GUARABIRA-PB

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE
GUARABIRA/UEPB

F363e

Fernandes, Francyllayans Karla da Silva

Estruturas silenciosas: a inclusão da criança com
deficiência auditiva no Centro Educacional Edvardo
Toscano em Guarabira / Francyllayans Karla da
Silva Fernandes. – Guarabira: UEPB, 2012.

45f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação
em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba.

Orientação Prof. Ms. Ricardo Fábio da Silva
Leôncio.

1. Inclusão 2. Deficiência Auditiva 3. Educação

I.Título.

22.ed. 371.9

FRANCYLLAYAN'S KARLA DA SILVA FERNANDES

ESTRUTURAS SILENCIOSAS

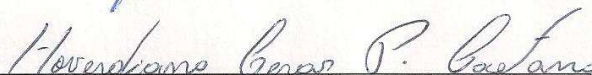
**A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA
AUDITIVA NO CENTRO EDUCACIONAL
EDVARDO TOSCANO EM GUARABIRA**

Trabalho de conclusão de Curso (TCC) apresentado à coordenação do Curso Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção de conclusão do Curso do Ensino Superior, sob a orientação do professor Mestrando Ricardo Fábio da Silva Leôncio.

TCC Aprovado em: 05 / 12 /2012

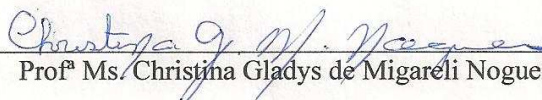


Prof^o Ms. Ricardo Fábio da Silva Leôncio
Orientador



Prof^o Ms. Hoverdiano Cesar Pereira Caetano

Examinador



Prof^o Ms. Christina Gladys de Migareli Nogueira

Examinadora

Dedico primeiramente ao meu Senhor DEUS, que foi o meu maior impulsionador a chegar ate o fim deste curso, fazendo-me sempre forte para ultrapassar todas as barreiras que a vida me colocou. Em segundo aos meus pais que são meus exemplos de vitória, e que sempre estiveram ao meu lado nas horas mais complicadas. Dedico a toda minha família que me encoraja sempre a chegar ao fim das mais complicadas batalhas de cabeça erguida. Dedico também a meus irmãos que são minha fortaleza, aos meus amigos e companheiros de sala. Não esquecendo a Universidade Estadual da Paraíba, o meu amado professor Hoverdiano César e o meu querido orientador Ricardo Fábio da Silva Leôncio, os quais me deram a oportunidade de concluir o curso de Pedagogia e chegar ao fim com sonhos e determinação para realizá-los.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu Senhor Deus maravilhoso, que esteve comigo em todos os momentos com força, esperança, determinação e graça enviando sempre pessoas especiais para auxiliar-me a chegar ao fim deste curso, a minha mãe Francinete que é o meu maior exemplo de profissão e que se não fosse por ela não haveria sequer iniciado e jamais teria conseguido ultrapassar as tristezas e as alegrias destes anos, sendo ela, o meu farol e meu porto seguro que nunca me deixou desanimar ou desistir de chegar ao fim. Ela depositou o em mim sua esperança e expectativa de vitória. Sou grata ao meu pai Bento que não chegou a ver nem o início deste árduo processo de aprendizagem, mas creio que esteve comigo sempre e que nos mais difíceis momentos me dando a mão e me fez esquecer a grande tristeza que sinto em não tê-lo aqui presente neste tão belo e maravilhoso momento para prestigiar minha vitória, sou grata ao meu padrasto Fábio que presenciou minha aprovação e me acompanhou durante três meses de curso como um pai exemplar e que infelizmente por maldade da vida também não pode ver eu chegar ao fim, mas que em vida me deu todas as ajudas e encorajamentos necessários para vencer este tão longo percurso. Sou grata a minha vovó Terezinha que é meu exemplo para vida e que mesmo sem entender muito para o que servia o curso me ajudou a concluí-lo pelo simples fato de existir e de estar sempre ao meu lado em todas as minhas decisões, agradeço ao meu tio Jaimison que sempre foi um pai para mim, estando ao meu lado com muita força e crendo em minha vitória sempre. Agradeço também aos meus três irmãos Francarlos, Fernanda e Francymarlle que são meus alicerces e mais um motivo para que eu conseguisse chegar ao fim, pois são meus amores de vida. Agradeço a minha filha Fábiana que chegou a minha vida no momento que mais precisei da revelação do amor de DEUS por minha família, pois ela foi e sempre será um lindo anjo enviado por DEUS para ajudar-me a alcançar meus objetivos. Agradeço também a toda minha família primas, tios, sobrinhos e aos agregados da minha família Jose Bezerra, Laudjane e Vera Lucia que mesmo sem perceber me ajudaram a chegar ao fim direta ou indiretamente com palavras, trocas de experiência, convívio e alegrias, vividos juntos e partilhados a cada ano do corrente curso. Sou grata também ao meu noivo Duarte que esteve comigo durante todos esses anos lado a lado me incentivando em tudo, partilhando as conquistas e as derrotas e orando incessantemente pela minha vitória dedicando a mim todo seu amor e carinho sendo o meu incansável companheiro. Agradeço a Jaciara, Fransuenny, Erica Gonçalves, Karla Fabiana, Antônio Junior, Miliena, Edleuza, Josiel, Luciene, Adna, Luciene Barros, Glaucieli,

Geisianne, Geise Pia, Tatiane, Sara, Eduarda, Jacielba, Érica, Leila, Cristiane, Jocieli, Kézia, Jarbely, Roberta e Sara que são grandes amigos e guerreiros que jamais me deixaram nesta luta sozinha. Agradeço também aos professores que me ensinaram e me impulsionaram a concluir esse processo árduo, mostrando a dignidade de ser um profissional exemplar e digno de transmitir meus conhecimentos adquiridos no curso e fora dele aos meus atuais e futuros alunos. Em especial gostaria de agradecer ao professor Hoverdiano César que me mostrou o outro lado da vida e proporcionou-me a experiência de conhecer alguém cujos os problemas e as dificuldades não abateram a sua vontade de ser algo além do que a sociedade esperava. Quero agradecer ao meu orientador Ricardo Fábio que acreditou em mim e mergulhou junto comigo na utopia de construir esse trabalho, mesmo diante de todas as dificuldades propostas pela escolha do tema. Sou grata também ao Educandário Evangélico Sarah Poulton Kalley, as donas Gracielly e Fátima que me deram a rica oportunidade de colocar meus conhecimentos em prática confiando em minhas mãos a minha primeira sala de aula ainda no início do curso, sou grata também a todos os gestores subsequentes que me deram outras oportunidades durante esses quatro anos de curso para ministrar na vida dos educandos de suas escolas, confiando em mim à educação curricular dos mesmos.

Finalmente sou grata a todos aqueles que me ajudaram em todos os sentidos direto ou indiretamente e peço a DEUS que distribua ricas bênçãos de recompensa sobre a vida de todos vocês todos os dias.

“Não amaldiçoarás ao surdo, [...] mas temerás a teu Deus. Eu sou o Senhor.”

Levítico, 19:14.

RESUMO

A deficiência auditiva é um problema que atinge 8,94 % da população brasileira, é classificada de duas formas entre a mais leve e a profunda as quais não impedem que um surdo fale, transformando o em um surdo oralizado o que irá depender apenas de exercícios fonoaudiólogos. A inclusão do surdo é um assunto muito complexo onde o problema deve ser pensado como um todo de acordo com a realidade de cada local, para poder analisar a situação geral e saber o cotidiano de um surdo nos seus momentos de inclusão/exclusão discutindo teorias e praticas em que o surdo é um individuo que possui uma linguagem própria e natural, a LIBRAS, o que diz que não são eles que têm que se adaptar a nós e sim nós que temos por obrigação nos adaptarmos a eles, compartilhando caminhos dando abertura para o diferente. Este estudo consiste em um levantamento de dados qualitativos sobre os surdos e o que tem sido feito para inclui-los nas escolas e na sociedade. A inquietação que motivou a pesquisa sobre essa área foi o fato de perceber que as crianças portadoras de deficiências têm sofrido muito por causa da inclusão, não só nas escolas, mas também com seus familiares e enfim com o mundo que o cerca. Tentamos aqui abordar a inclusão do surdo no desenvolvimento social e educacional caracterizando as dificuldades que os mesmo têm em desenvolver a aprendizagem na chamada escola “inclusiva” onde eles são obrigados a se adaptar de forma desadequada, pois a maioria das escolas “inclusivas” não possuem material didáticos e suportes para atende-los, mostrando até onde podemos ir não apenas com pessoas iguais, mas também com as diferentes, nos possibilitando a aceitação e a interação entre as diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Educação. Surdos.

A B S T R A C T

Hearing loss is a problem that affects 8.94% of the population is classified in two ways between the lighter and the deep which not prevent a deaf speak, turning a deaf oralizado which will depend only on speech exercises . The inclusion of the deaf is a very complex subject where the problem should be thought as a whole according to the reality of each location to analyze the general situation and know the daily life of a deaf person in their time of inclusion / exclusion and discussing theories practices in which an individual who is deaf has its own language and natural, POUNDS, which says it is not they who have to adapt to us but we have an obligation to adapt to them, sharing paths open to giving the different. This study consists of a survey of qualitative data on the deaf and what has been done to include them in schools and in society. The concern that motivated the research on this area was the fact realize that children with disabilities have suffered greatly because of inclusion, not only in schools but also with their families and finally with the world around him. We try here to address the inclusion of the deaf in social and educational development characterized the difficulties that have to develop learning in school called "inclusive" where they are forced to adapt inadequately because most schools "inclusive" does not have instructional materials and media to meet them, showing how far we can go with people not only equal, but with different, enabling us to acceptance and interaction differences.

KEYWORDS: Inclusion. Education. Deaf.

LISTA DE SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I	
1. INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL.....	15
CAPITULO II	
2. DEFICIENTES AUDITIVOS.....	21
CAPITULO III	
3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS.....	29
CAPITULO IV	
4. RELATO DE CAMPO.....	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	44

INTRODUÇÃO

O presente trabalho fala em um contexto geral do que está acontecendo com os deficientes brasileiros e com a sociedade no geral nessa chamada inclusão. É falado também da quantidade de deficientes que hoje ocupam a nossa sociedade de forma massificada. Quais as suas características, suas necessidades. Nosso enfoque teórico é a Estrutura Silenciosa da pessoa surda, refletindo acerca de como podemos nos comunicar com ela já que por serem deficientes auditivos não ouvem os sons, não entendem nossa linguagem oral e nem na maioria das vezes a desenvolve plenamente.

Desta forma queremos contribuir de maneira coerente, para o debate sobre tema. Tendo em vista a formação em pedagogia e curso de libras pela instituição de apoio a pessoa com deficiência, verificamos a emergência da problemática da inclusão na realidade escolar para que a igualdade proposta pela nossa Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º como um ponto de inclusão entre as pessoas se efetive na prática escolar. Essa intenção surgiu das observações ocorridas em ambiente escolar cujos alunos com necessidades auditivas não tem recebido, da parte da instituição, o investimento humano e material, que mediem a sua aprendizagem.

Pensamos que a adaptação das Instituições escolares nas duas vertentes citadas, permitirá a esses sujeitos as condições mínimas de apreensão do conhecimento, através da viabilidade dos recursos. Diante dos aspectos apresentados, e na tentativa de estabelecermos foco temático, nos deteremos exclusivamente nos aspectos relacionados à inclusão dos deficientes auditivos e a aprendizagem dos mesmos quando inseridos na rede regular de ensino.

Nesse sentido a legislação entra como um marco para a história da inclusão, visto que até então não era pensado sobre como incluir as pessoas com deficiência, mas a partir da década de 60 iniciam-se as movimentações para transformações integradoras no campo da educação especial que deixaria de atender de maneira segregadora as pessoas com deficiência. Legalizar a inclusão dessa população na escola regular não só dava a acesso, mas, estabelecia uma conquista cidadã, fortalecendo os princípios defendidos na Constituição Federal de 1988, posteriormente confirmado na Lei de Diretrizes e Bases de 1996 cujo teor assegura a “Educação como Direito de Todos”.

Garantir o direito ultrapassa a letra da lei, e emerge na necessidade de compromisso do Estado em investir, ou seja, pensar na organização da estrutura física, na formação dos

professores e no currículo. Para além, é preciso problematizar que o fato dos alunos com deficiência “estarem incluídos” não implica que a aprendizagem esteja garantida, visto que a lei determina, mas, necessariamente, precisa da atuação de outros setores do tecido social na configuração dos conflitos de interação e integração dos mesmos nesse tecido.

Percebemos que a inclusão ainda é muito restrita e precisa de mudanças práticas e, enfaticamente, a inclusão para alunos com necessidades auditivas, que em muitos casos não acontece efetivamente uma vez que muito dos alunos inseridos neste processo estão em séries inadequadas para sua idade ou incompatíveis com o seu nível de aprendizagem e isto dificulta a atuação do interprete que deveria apenas transmitir de maneira clara o conteúdo apresentado pelo professor, mas que pelos motivos já citados acabam atuando como professores individuais do surdo e efetivando a exclusão dentro da inclusão.

Outro aspecto que nos chamou a atenção é a falta de infraestrutura física das escolas que não tem locais adaptáveis para atender as necessidades dos alunos com deficiência, ou seja, a falta de rampa, de identificadores em braile, da pista para deficientes visuais, espaços largos para locomoção dos cadeirantes, funcionário que saibam libras para atender os surdos e do atendimento psicológico e pedagógico, isto é, um psicólogo só para atendimento do corpo escolar e um pedagogo para interagir com as barreiras da aprendizagem dos alunos que apresentem essa necessidade.

Ou seja, uma escola realmente inclusiva necessita dessa infraestrutura, para que as pessoas com deficiência estejam a todo o momento interagindo com a sociedade escolar, visto que os mesmos necessitam de atendimento e acompanhamento específicos a suas deficiências para que possam desenvolver as suas potencialidades e perceberem-se como um ser importante nesse processo educativo e inclusivo não só dentro da escola, mas na relação com toda a sociedade no desenvolvimento abstrato, cooperativo e produtivo desses indivíduos.

Desta forma pretendemos através desta pesquisa investigar as práticas do cotidiano escolar onde crianças com a essa deficiência estejam em processo de escolarização, acompanhar o envolvimento da equipe da escola, assim como das ações pedagógicas dos professores. Essas intenções nos mobilizam e são consequências da seguinte problematização: *Em que medida a escola (professores e especialista) está conseguindo efetivar um acompanhamento qualificado aos portadores de deficiência auditiva que lhes assegure a aprendizagem?*

Tendo como objetivo geral dessa pesquisa, investigar as práticas docentes na inclusão dos deficientes auditivos na rede regular de ensino da cidade de Guarabira. Enfocando como objetivos específicos à observação do desenvolvimento da aprendizagem

dos alunos com necessidades auditivas quando inseridos nas salas de aulas regulares, averiguaremos a estrutura dessas escolas para atender esses alunos e verificaremos quais os suportes fornecidos pelo sistema educacional para as escolas inclusivas atenderem os alunos com deficiência auditiva.

Trabalhando com o método da análise do discurso relacionando o discurso da lei inclusiva ao discurso da prática de inclusão presente na escola, teorizando a interpretação da inclusão vigente para compreendermos quais os objetos simbólicos que produzem o seu sentido e as suas limitações dentro da prática da escola inclusiva.

Essa pesquisa tem como padrão de investigação a pesquisa qualitativa em educação inclusiva, que busca alcançar um fenômeno específico em sua profundez, trabalhando com descrições, comparações e interpretações. Fazendo um recorte temporal do objeto estudado, para entendermos o processo social da inclusão da pessoa surda, atuando segundo Godoy (1995,p. 62) com detalhamento do ambiente natural, com caráter descritivo do sujeito e do significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida.

Esta investigação evidencia-se com um estudo de caso por se tratar de uma análise da realidade vivida em uma escola pública da rede regular de ensino, para retiramos dessa amostra um percentual da qualidade de aprendizagem proporcionada aos alunos incluídos, tratando em especial dos desafios e dificuldades na inclusão dos discentes surdos.

Pesquisas bibliográficas também foram realizadas para melhor desenvolver o tema proposto. Para isso, utilizamos algumas obras relativas ao histórico de inclusão dos deficientes auditivos na rede regular de ensino, buscando fundamentação em autores como, Ana Paula Santana (2007), Maria Teresa Eglér (2003), Rosângela Gavioli (2006) e os autores clássicos que tratam da Inclusão Escolar, as Leis Federais, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases, e outros trabalhos acadêmicos que tratam do objeto estudado.

No primeiro capítulo é tratada a ideia de inclusão, qual a sua definição, como deve acontecer, quais suas prioridades e o que é preciso para que ela aconteça dentro da escola e na sociedade em que a pessoa com deficiência está inserida. No segundo capítulo é relatado as características do surdo, quais os principais problemas enfrentados por eles dentro e fora da escola. No terceiro capítulo é tratado os benefícios e prejuízos que a educação inclusiva traz para eles, se esta acontecendo, como esta acontecendo e como é importante a formação e preparação da escola para interagir com os mesmos.

Outra problemática tratada são as dificuldades encontradas nas escolas que aceitam os portadores de deficiência, muitas vezes obrigadas, sabendo que a instituição escolar e os

professores não possuem estrutura e nem planejamento para recebê-los, gerando um questionamento social para entendermos se a inclusão está sendo feita corretamente, criando o desejo de solucionar os problemas que acontecem com o mau desenvolvimento desse programa inclusivo nas instituições de ensino.

A desigualdade de oportunidades educacionais para os surdos é considerada enorme, visto que as oportunidades de aprendizagem desenvolvidas dentro da escola são desiguais. O sistema deveria estar capacitado e ter condições de acolher a todos, já que existem leis que defendem a inclusão de surdos no âmbito regular de ensino, porém com linguagem da prática percebemos quanto o discurso inclusivo da lei foge da realidade das práticas educacionais da escola.

Em todo território brasileiro encontramos pensamentos diferentes a respeito desse assunto, logo porque o nosso país é bastante diversificado. Mas o que queremos creio que está num único pensamento, numa só fala, num só desejo: uma educação digna para todos aqueles portadores de necessidades especiais incluídos ou não. A educação especial não é responsabilidade apenas de uma secretaria ou de um ministério, é responsabilidade de todos do sistema de ensino, e a inclusão não deve ser só educacional, mas primordialmente social, visto que a escola é apenas uma fragmentação da sociedade.

Entendemos, portanto que nossa função com essa pesquisa não é a de apresentar mais um trabalho acadêmico, mas o de compartilhar reflexões a respeito da prática discursiva e institucional partindo de um olhar crítico sobre as Estrutura Silenciosas propostas pelo discurso educacional inclusivo.

1- INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL

A ideia de inclusão parte de um princípio de que todos reconhecem e aceitam na vida em sociedade a diversidade/ diferença um do outro, e este é um princípio garantido na Constituição Federal do Brasil no artigo 5º, onde diz que “todos são iguais perante a lei, sem destinação de qualquer natureza, garantindo (...), a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil 1989).

De acordo com a lei citada acima a sociedade é estruturada em colunas de igualdade, porem percebemos que a sociedade necessita de proporcionar aos cidadãos que a constitui um tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais, mas isto não quer dizer que alguns terão privilégios sociais sobre os outros, e sim que, a sociedade necessita disponibilizar mecanismos que atendam as condições exigidas pelas especificidades de cada indivíduo constituinte dessa sociedade, para garantir a todos uma configuração de igualdade mesmo com as diferenças, sejam elas físicas ou ideológicas.

Desta forma a inclusão apresenta-se como uma mudança, na contra face da exclusão, pois esta produzindo milhares de movimentos de redefinição das fronteiras do conhecimento que sustentam as pesquisas e as práticas de educação nesta complexa relação de igualdade e diferença, visto que tratar igualmente aqueles que são diferentes pode levar-nos a exclusão.

Apenas no início do século XIX começaram a surgir instituições voltadas para o ensino aos portadores de necessidades especiais. A sociedade começa a perceber que há necessidade de prestar apoio aos deficientes, embora tenha um cunho mais assistencial do que educacional. As escolas eram abertas fora da povoação, com a desculpa de que o ar do campo era melhor para os discentes.

Com isso a inclusão tornou-se um fenômeno recente no debate de ideias, visto que surgiu na década de 60 com movimentos sociais fortes provocados por grupos que historicamente foram excluídos da escola e da sociedade. Eles pretendiam alterar a estrutura da educação vigente neste período, ou seja, pretendiam extinguir as escolas de educação especial, para que todos os alunos estivessem dentro da mesma escola e compartilhassem o mesmo modelo de ensino-aprendizagem. O sujeito é transformado e modificado pelo discurso vigente da educação. Os deficientes são sujeitados aos movimentos retóricos discursivos de exclusão e inclusão mesmo sem entenderem o porquê de serem incluídos e excluídos a todo o momento.

Segunda Rosângela (2006, p. 37) na década de 90 surgiu às políticas de democratização do ensino fundamental que passou a incluir todas as crianças na escola regular propondo uma transformação nas mesmas para se ajustarem aos princípios inclusivos. Necessitando de uma mudança no funcionamento estrutural, nos recursos disponíveis, na flexibilidade do ensino, na metodologia empregada e nos critérios de avaliação utilizados para que o direito de inclusão proposto pelas leis e pelos movimentos populares fosse efetivado.

Assim, a inclusão diz respeito às relações entre as sociedades Brasileiras e os Brasileiros com necessidades especiais, porque exige mudança não apenas dos deficientes em aceitarem-se como participantes atuantes desse novo modelo social, mas principalmente no âmbito social e relacional, de modo que, a sociedade possa atender às necessidades especiais de todos os portados de deficiência, principalmente no ambiente escolar que precisa adaptar a sua prática educativa as necessidades desses alunos e oferecer assim, uma resposta satisfatória aos mesmos.

Porém a inclusão não se constitui como um estado permanente e nem se efetiva em uma mera introdução física de alunos deficientes na escola regular, é preciso validar o discurso oficial de inclusão, quando se é dito que é necessária uma mudança na sociedade e na escola para receber todos os cidadãos, já que todos são iguais perante a lei, faz-se necessário materializarmos e concretizarmos o desejo de uma educação para todos indo além de uma utopia. Para um estado de direito que é regulado por leis que devem ser seguidas pela sociedade independente de quem está no fim desse novelo para efetivar o discurso inclusivo que fica bem mais na utopia de quem elabora as leis e nas propostas governamentais do que na prática escolar, ou seja, nas salas de aulas.

Isso mostra que a escola precisa desenvolver um novo olhar sobre a inclusão, desprendendo-se do conceito de censo comum que parte do princípio que incluir é apenas colocar junto, ou seja, no mesmo espaço educacional, sem necessariamente haver uma interação comunicativa direta entre os incluídos.

A escola precisa superar essa visão e a discursão que tem como foco o binômio inclusão-exclusão e promover uma reflexão profunda sobre a importância de desenvolver práticas que ajudem a interpretar e discutir a inclusão visando à aquisição de conhecimentos significativos para que em nada a pessoa com deficiência seja inferior aos ditos normais.

Assim o projeto da educação inclusiva, analisado do ponto de vista histórico, isto é, desde o seu início em meados da década de 90 e conceitual, partindo do ideal igualitário proposto pela constituição em seu artigo 5º, não pode e nem deve ser definido como um movimento passageiro ou como um simples modismo, pois se trata de uma necessidade

educacional urgente que não pode ser entendido e efetivado apenas com a inserção desses alunos na rede regular de ensino sem um compromisso de aprendizagem.

Segundo Marisa Faermann Eizirik (2000, p. 35):

Na inclusão o que está em jogo é a ruptura com o conceito estático do homem, de mundo, de conhecimento; é a necessidade de cruzar experiências, de compartilhar caminhos, de compreender a complexidade e a diversidade através da abertura de canais para o diferente, o que não é meu, nem igual ao meu, mas por isso mesmo, merece respeito. E esse respeito descortina a possibilidade da descoberta de coisas. Pessoas, situações, - insuspeitáveis, fascinantes. – É certo que esse caminho provoca ferimentos pela insegurança, pela quebra de certezas, de normas estáveis.

A inclusão é justamente o que foi citado acima, romper com o que está posto, tendo como fundamento ideológico a declaração dos direitos humanos que conjuga igualdade e diversidade como valores indissociáveis afirmando que os poderes públicos têm a obrigação de garantir um ensino sem segregação, isto é, garantir uma educação de qualidade para todos e realizar as transformações necessárias para conseguir isso.

A principal ideia de inclusão chega a ser o princípio da igualdade, isto é, mesmo com as diferenças físicas todos deveram ser tratados da mesma maneira perante a lei e a coletividade para obtermos uma sociedade democrática e justa, porém a diversidade exige uma peculiaridade de tratamento para que a inclusão não se transforme em uma desigualdade social, pois tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar as suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder as suas especificidades e excluí-los do mesmo modo.

Ao pensar-se em uma educação inclusiva e concreta precisa-se de cautela para uma análise crítica desse processo, pois é um processo progressivo e contínuo de observação do aluno para que o mesmo possa usufruir plenamente desse processo educacional sem sofrer nenhum tipo de prejuízo na aprendizagem e nem no desenvolvimento de seu convívio com a sociedade.

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos, e como entendemos o mundo e a nós mesmos, pois a diferença faz crescer, é uma oportunidade de sair dos limites, do conhecido, ultrapassar fronteiras, exercermos outros olhares, experimentar novas experiências, mesmo quando essas possibilidades e esses impedimentos aos constituintes de nossa humana natureza, esse porém

não é um exercício apenas fascinante, já que a vida com o outro é difícil, e sem o outro é impossível.

Nessa definição, o falar de Ainscow (2004) é benéfico ao marca que a inclusão escolar implica em três elementos básicos:

1- A presença: Que marca a superação do isolamento e a socialização da aprendizagem em um espaço público;

2- A participação: As condições disponibilizadas para que o aluno possa realmente interagir nas atividades escolares;

3- A construção do conhecimento: É o que realmente importa que o aluno construa algo além do que já tem.

Por tanto as escolas precisam sair dessa estrutura e posição formalista de séculos atrás, enraizada pela discriminação ao diferente, cindindo-se em modalidades de ensino, tipos de serviços e grades curriculares, com base em sua estrutura organizacional tradicional sem entender a sua função pedagógica dentro desse novo modelo de sociedade vigente.

A inclusão surge como uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam, com um projeto político pedagógico, um currículo, uma metodologia e uma avaliação que forneça interação social e práticas heterogenias proporcionando uma educação de qualidade para todos, inclusive para as pessoas com deficiência.

De acordo com Rosangela Gavioli Prieto, 2006, pag. 33

As instituições escolares, ao reproduzirem constantemente o modelo tradicional, não têm demonstrado condições de responder aos desafios da inclusão social e do acolhimento às diferenças, nem de promover aprendizagens necessárias à vida em sociedade (...).

A inclusão, portanto, implica em mudanças desse atual paradigma educacional para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo. É inegável que os velhos paradigmas, que colocavam as pessoas com deficiência a margem da sociedade, estão sendo dentro da contemporaneidade contestados e que o conhecimento, que é a matéria prima da educação escolar, está passando por uma reinterpretação do discurso do excluído que precisa abranger ações pedagógicas desafiadoras para fazer parte dessa mudança.

Para se ter uma Educação Inclusiva, precisa-se que o educador tenha bons métodos e metodologias de educar tanto as crianças ditas normais como aquelas com deficiência, sabendo assegurar que o aluno deficiente seja um membro integrante e valorizado da sala de aula.

Como é proposto pela LDB de 96, prevendo serviços especializados e serviços de apoio especializado no artigo 58 e a resolução 2/01 que assegura: “recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns...” (art. 3º). Desta forma através da proposta da LDB confirmamos a ideia de que as escolas precisam ter materiais adaptáveis para esses alunos e assim satisfazer a necessidade do mesmo dentro do ambiente escolar com metodologias que facilitem a interação entre o aluno surdo e o conhecimento, para que a escola possa proporcionar ao surdo uma aprendizagem que esteja sempre ligada a objetos concretos que ele encontrará diariamente fora dos muros escolares.

Vale ressaltar que a inclusão é um direito do aluno com deficiência, portanto a escola tem o dever de preparar-se para receber a toda e qualquer deficiência da melhor forma possível, sem que haja divisão dos alunos presentes no processo de inclusão, pois a igualdade de oportunidades é perversa, visto que não assegura a permanência e o prosseguimento da escolaridade em todos os níveis para as pessoas com deficiência mesmo que elas demonstrem uma igualdade com os ditos “normais” na capacidade de aprender.

Com isso, a escola tem demonstrado que ainda baseia-se no princípio da recompensa que controverte a nota do aluno em uma recompensa fria pela aprendizagem e no princípio do exemplo tendo como modelo um referencial o “perfeito” a ser alcançado pelo educando. Por isso é preciso que a escola que se propõe a incluir reconheça a igualdade de aprender como ponto de partida e as diferenças no aprendizado como processo para o ponto de chegada do aluno e não do docente.

Maria Teresa Égler (2005) diz que a inclusão no Brasil hoje está caminhando, mas está devagar porque muitos estão se opondo à lei que diz que o deficiente, inclusive o auditivo, tem direito ao ensino numa escola com alunos ditos normais. Mas como exercer o direito se de acordo com o que foi visto na instituição educacional analisada, a escola não está apropriada para recebê-los, não só fisicamente, mas em relação a tudo, desde a estrutura física até pessoas do convívio escolar, isto é, docentes, funcionários e gestores não estão preparados para isso.

Muitas pessoas pensam que a inclusão escolar é tudo, mas a interação tão necessária existe? Faz parte da inclusão a interação. O conceito de interação é bem claro quando relata que é a ação recíproca de dois ou mais corpos uns nos outros, isso é, para que haja uma verdadeira inclusão interacionista há indispensabilidade de um todo, saber o porquê dela está acontecendo e ainda participar, ativamente, de tudo que lhe é ofertado para que se alcance êxito, pois juntar-se com pessoas desconhecidas é aglomerado, interagir com essas pessoas é inclusão.

A aceitação das diferenças individuais, aprendizagem por meio de cooperação, valorização de cada pessoa e a escola está preparada para receber o portador de necessidade especial e não ele está preparado para participar dela, são implicações da inclusão educacional. Neivaldo Zovico (2005, p. 9), diretor regional da Feneis – SP e vice-presidente do Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência, diz que “Escolas regulares ideais onde todos, professores e colegas, ouvintes, conhecem Libras, valorizam Libras e são capazes de se comunicar em Libras”, em suas palavras o diretor regional deixa explícito que é preciso dentro de uma escola que todos saibam se comunicar com os incluídos, isso é interagir com os surdos e para isso nada melhor que a Libras - língua brasileira de sinais que é a língua oficial deles e a que possibilita a real comunicação e interação.

Se quisermos uma escola inclusiva é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania participante, livre de discriminações e que reconheça e valorize as diferenças, pois sempre haverá indivíduos que, por não obedecerem às regras ou a elas resistirem, ficará colocados à margem da sociedade tendo deficiência aparente ou não.

Diante do exposto é de suma relevância que a escola consiga ir além da compreensão teórica e científica, isto é, que ela ultrapasse os muros que a cercam e encontre solução para os seus conflitos internos, pois a mesma precisa de ações efetivas que conduzam ao resgate da vida desses indivíduos que não interagem com o mundo escolar, precisando da dignidade e do respeito para que seus potenciais sejam desenvolvidos. Mesmo diante do número de alunos que a escola tem que atender das diversas camadas sociais, com diferenças regionais, culturais e físicas, precisamos de espaços sem discriminação e sem segregação do ensino para que o conhecimento seja o ponto principal para início e efetivação desse processo.

2- DEFICIENTES AUDITIVOS

Os portadores de deficiência auditiva são aqueles que apresentam alterações na capacidade de perceber sons, muitas vezes impossibilitados de falar e de entender a fala dos outros de forma natural e por este motivo em alguns casos não desenvolvem a linguagem oral.

De acordo com a classificação do Bureau Internacional d'Audiophonologie – Biap, considera: surdez leve - apresentação de perda auditiva situada até 40 decibéis. Impede que a criança perceba igualmente todos os fonemas das palavras; surdez média - apresentação de perda auditiva entre 40 e 70 decibéis. O deficiente identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldade de compreender certos termos de relação e/ou frase gramaticais complexas; surdez severa - apresentação de perda auditiva entre 70 e 90 decibéis. Permite apenas que o deficiente identifique alguns ruídos familiares; surdez profunda - apresentação de perda auditiva acima de 90 decibéis. A criança é privada das informações auditivas necessárias para receber e identificar a voz humana, impedindo que adquira a linguagem oral. A partir desses dados, é possível analisar cada nível apresentado e a necessidade específica de cada um e assim melhor realizar a inclusão de cada surdo no ambiente escolar.

Uma escola que deseja ser inclusiva necessita possuir um gerenciamento que deve proporcionar uma educação voltada para todos, de forma que qualquer aluno que dela faça parte, independente deste ser ou não portador de necessidades especiais, tenha condição de conhecer, aprender, e se desenvolver, num ambiente livre de preconceitos, democrático, solidário e que estimule a formação de uma consciência crítica. Para que este pensamento viesse a surgir na atualidade existiram vários períodos históricos que a educação inclusiva passou e este pode ser dividido em três épocas: a idade média em que surge a educação especial visando apenas o cuidado e a assistência dos portadores de necessidades especiais e a atual.

O final do século XVIII é caracterizado pela ignorância e rejeição do deficiente.

Segundo Mazzota (1996, p. 16):

Até o século XVIII, a “deficiência” estava ligada ao misticismo e ocultismo. A religião, ao colocar o homem como imagem e semelhança de Deus, inculcava a idéia de condição humana como incluindo perfeição física e mental. Caso não fossem “parecidos” com Deus, os “portadores de deficiência”, ou “imperfeitos”, eram colocados à margem da condição humana.

De acordo com informações coletadas no site da FENEIS-Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, o que acontecia durante os séculos X a IX a.C. quando percebiam anormalidades nas crianças era o infanticídio. A igreja católica condenava esse ato, mas em contra partida atribuía essas anormalidades a demônios submetendo-as ao exorcismo. Apesar disso tudo, algumas experiências positivas podem ser citadas uma delas, foi a de 4 crianças surdas que tiveram êxito na educação dada por frade Pedro Ponce León (1509-1584), mas essa educação tinha um motivo muito especial pois essas 4 crianças faziam parte da nobreza então as instruções básicas e o ensinamento da fala eram para que pudessem ser reconhecidas pela lei e herdar os títulos que lhes cabiam, juntamente com a fortuna de sua família. León é reconhecido como quem iniciou o ensino para os surdos e criador do método oral, mais tarde escrevendo um livro sobre a *Doutrina para os surdos-mudos*.

A obrigação e expansão da escolarização básica são as questões da atualidade, juntamente com a inclusão dos deficientes nas escolas regulares de ensino. Um pouco antes de a inclusão chegar, com força, surge uma pedagogia diferente voltada para o ensino etiológico: cegos, surdos, deficientes mentais, paralisias cerebrais, dificuldades de aprendizagem, surgindo às escolas especiais. Até que no ano de 1959, decorrente da rejeição de pais a estes tipos de escolas, surge na Dinamarca a normalização, que tem como princípio fazer o deficiente desenvolver o possível de uma vida normal.

Essa questão estende-se por toda a Europa e América do Norte. Mudando a concepção de educação a esses segregados passando a integrá-los no mesmo ambiente escolar dos ditos normais, alegando que as escolas especiais proporcionam uma esfera restrita, não ajudando a ninguém, ao contrário, causando discriminação. Salienta-se que a institucionalização deve sim continuar em alguns casos, como complexos e graves.

Os surdos possuem uma história dentro deste processo de inclusão. No Brasil a primeira instituição voltada para a educação dos surdos foi fundada em 1857 por Dom Pedro II chamada de Instituto Nacional de Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, passando após alguns anos a se chamar de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Desde então, há questionamentos sobre o uso ou não uso da língua de sinais. Segundo pesquisas de Karnopp (1994), realizada em muitos países é de que, uma mistura de mímica e gesticulações não podendo expressar o abstrato, seria a linguagem de sinais, além disso não há uma organização gramatical e estaria subordinada à língua oral, mas, em contrapartida, há autores que defendem a língua de sinais e ainda dizem que o cognitivo da criança surda é melhor

desenvolvido quando lhe é transmitida desde o início da vida, embora isso não significa que o uso da língua de sinais seja suficiente.

A língua de sinais deve ser um meio para que aprendam a língua portuguesa, que dará a eles um mundo melhor. De acordo com a coordenadora do Espaço Universitário de Estudos Surdos da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e doutora pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), Nídia de Sá (2007), “A utilização do Português escrito e falado é essencial para a criança ampliar seu vocabulário, ter acesso a todos os níveis de ensino e, futuramente, ao mercado de trabalho.” A posição da autora é condizente com a realidade dos ouvintes, porém a pessoa surda precisa de ter acesso ao ensino da Libras que é a sua língua primeira e esse acesso não pode ser estabelecido através de textos e sim através imagens e materiais concretos que materializem a palavra, seja ela dita ou escrita.

Em maio do ano de 2005, a professora Maria Teresa Égler Mantoan, de laboratório da Faculdade de Educação da Unicamp declarou em uma entrevista para a revista Nova Escola:

É até positivo que o professor de uma criança surda não saiba Libras, porque ela tem que entender a Língua Portuguesa escrita. Ter noções de Libras facilita a comunicação, mas não é essencial para a aula. [...] não acho necessário ensinar Libras [...].”

A fala dela contradiz o que o MEC através da Secretaria de Educação Especial declara, que faz esforços para valorizar a Libras e para garantir o seu ensino aos docentes. A Lei Federal 10.172 de 9 de janeiro de 2001 determina o ensino de Libras para surdos e familiares. Outra Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002 determina que os sistemas educacionais, federal, estadual e municipal incluam o ensino de Libras como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais nos cursos de formação de educação especial, fonoaudiologia e magistério nos níveis médio e superior.

A professora Mantoan segundo Neivaldo Zovico agiu erradamente quando igualou os recursos didáticos para surdos e ouvintes, principalmente para aqueles com perda congênita profunda. É importante valorizarmos alguns fatores essenciais quando pensamos na educação dos surdos, isso é, oportunizar o aprendizado favorecendo a diferença sociolinguística que possuem junto da comunicação visual, pois de acordo com Skliar (1998), “[...] todos os mecanismos de processamento da informação, e todas as formas de compreender o universo em seu entorno, se constroem como experiência visual”. Pois já que os surdos não podem

perceber o mundo ao seu redor através da audição, faz-se necessário a utilização de materiais concretos que coloquem em prática a palavra.

O Decreto nº 5.626/05, regulamentou a Lei de Libras definindo que os sistemas de ensino devem garantir a inclusão de pessoas surdas ou com deficiência auditiva nas escolas e classes regulares de ensino, nas quais a Libras e a Língua Portuguesa sejam línguas ensinadas, porém a Libras deve ser tratada com o surdo como sua primeira língua e por isso a mais utilizada, visto que é através da mesma que os surdos podem efetivar o seu direito de incluído, afastando-se do discurso da lei e efetivando-se como integrado na prática cotidiana da escola.

Deste modo podemos nos reportar ao livro "O vôo da gaivota" da autora surda Emmanuelle Laborit (1996, p.93) onde ela diz: "Utilizo a língua dos ouvintes, minha segunda língua, para expressar minha certeza absoluta de que a Língua de Sinais é nossa primeira Língua, aquela que nos permite ser seres humanos comunicadores". Na fala da autora percebemos a relevância da emergência da língua de sinais para as pessoas surdas, com o intuito de efetivar a construção da identidade desses indivíduos dentro da sociedade ouvinte prioritariamente no ambiente escolar com formação linguística de libras para os atendentes dessa cliente surda.

Segundo Libâneo (2004, p. 83): "A formação geral de qualidade dos alunos depende da formação de qualidade dos professores", o que deixa evidente a necessidade da formação em Libras para os professores que trabalham a inclusão, não pra que o professora ora fale em libras ora em português, mas para que o aluno reconheça que dentro daquele ambiente ele não esta só em comunicação, mas existem outras pessoas que podem comunicar-se com ele de maneira clara através de sua linguagem motivando o princípio do exemplo para esses indivíduos surdos.

Quando tratamos do âmbito escolar, apontamos apenas dois sujeitos para este assunto: o professor e o aluno, mas esquecemos que muitos outros fazem parte deste processo, e assim culpamos apenas o segundo sujeito pelo fracasso educacional. Demais sujeitos como os familiares, os especialistas educacionais, dirigentes escolares, os técnicos da secretaria, entre outros, influem no aprender e no ensinar.

Oliveira (2001, p. 54) afirma que: "O corpo precisa fazer parte do planejamento do ensinante para levar o conhecimento ao aprendente. Ele deve representar para ambos um instrumento de apropriação do conhecimento". É necessário que o aluno reconheça-se como peça atuante dentro do jogo da aprendizagem, utilizando-se do corpo para apropriar-se

desse conhecimento, pois mesmo ele sendo surdo ele terá os sentidos corporais aguçados que podem e devem ser estimulados para amenizar a necessidade dos mesmos de ouvir.

Em 1994 em Salamanca – Espanha, aconteceu um marco para a Educação Especial, a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais. Passada então a se chamar de Declaração de Salamanca assinada por diversos países determinando que as instituições de ensino se tornassem Escolas para Todos e ainda a importância de uma Pedagogia voltada para as necessidades básicas do aluno em diferentes contextos. Segundo Silva (1993), “Não há um indivíduo idêntico ao outro sendo, portanto, próprio do ser humano ser diferente.” Por isso, impor uma igualdade aos diferentes é tentar apagar as suas diferenças de maneira brutal e marginalizar o seu direito não só de ser diferente, mas de também agir nas suas diferenças de maneira livre dentro da sociedade, visto que todos nós somos diferentes, em atitudes, pensamentos, ideologias e ações.

Fazer o possível para que haja a inclusão nas escolas é o que a maioria das instituições educacionais está fazendo, logo porque o Ministério Público através da Constituição Brasileira é categórico no seu artigo 208, inciso III: "atendimento educacional especializado às pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino". Este tem por finalidade a formação de cidadãos conscientes e participativos.

Percebe-se com isso que o discurso legal mudou e agora a lei obriga a sociedade escolar a dizer que todos somos iguais na diferença e por isso todas as pessoas com deficiência precisam frequentar a escola junto com os ditos “normais”. As pressas são feitos cursos, para a capacitação do efetivo escolar, vem então a inclusão, mas somente ela porque a interação fica de lado. Esquecendo que o objetivo da inclusão é tornar reconhecida e valorizada a diversidade como condição humana favorecedora da aprendizagem.

Não houve um preparo bem feito, não houve muitas das vezes interesse do próprio corpo docente em conhecer as potencialidades dessa nova clientela e muito menos a exposição do que é inclusão e o que se deve aprender antes dela acontecer, aos alunos ditos normais matriculados nas escolas regulares e a todos da instituição de ensino. E tudo acontece, na maioria das vezes, por descuido ou mesmo acomodação com a falta de consideração pelo outro. Inclusão e interação questões fáceis de serem resolvidas, mas que se tornam as mais difíceis por não possuírem interesse, respeito, carinho e amor por aqueles negados e esquecidos.

Diante disso se conhece os tipos de profissionais que constituem as escolas, os educadores, gestores e coordenadores que são técnicos do conhecimento escolar, dominam todas as áreas do conhecimento, pois se prepararam para estar ali e tem vocação para atuar, mas não são motivadores do conhecimento, pois se esqueceram de apreciar a base do conhecimento que é o desafio, colocam a culpa no sistema e se esquecem de ver os mais prejudicados dentro desse conjunto que a todo dia são jogados nas salas de aulas regulares, excluídos e rejeitados sem sequer compreender por que isso acontece com eles. Criando assim dentro do discurso da inclusão as Estruturas Silenciosas dentro das escolas e nas perspectivas abstrações da própria criança que se vê como incluída pela deficiência e não pela diversidade humana.

O IBGE de 2010 revela que 23,9% da população Brasileira declara ter alguma deficiência, isto representa 45,6 milhões de brasileiros, a metodologia considerou os graus de severidade de deficiências das pessoas em “grande dificuldade” ou “não consegue de modo algum”, sem levar em consideração os fatores que resultaram na surdez, se os casos são de surdez adquirida ou surdez de nascença.

A deficiência que mais atinge os brasileiros é a deficiência visual foi a que mais apareceu entre as respostas dos entrevistados e chegou a 35,7 milhões de pessoas. Pelo estudo, 18,8% dos entrevistados afirmaram ter dificuldade para enxergar, mesmo com óculos ou lentes de contato. Entre as pessoas que declararam ter deficiência visual, mais de 6,5 milhões disseram ter a dificuldade de forma severa e 6 milhões afirmaram que tinham dificuldade de enxergar. Mais de 506 mil informaram serem cegas.

A deficiência motora apareceu como a segunda mais relatada pela população, com mais de 13,2 milhões de pessoas que afirmaram ter algum grau do problema, o que equivale a 7% dos brasileiros. A deficiência motora severa foi declarada por mais de 4,4 milhões de pessoas. Destas, mais de 734,4 mil disseram não conseguir caminhar ou subir escadas de modo algum e mais de 3,6 milhões informaram ter grande dificuldade de locomoção.

Cerca de 9,7 milhões declaram ter deficiência auditiva (5,1%), a deficiência auditiva severa foi declarada por mais de 2,1 milhões de pessoas, destas, 344,2 mil são surdas e 1,7 milhão de pessoas têm grande dificuldade de ouvir e a deficiência mental ou intelectual foi declarada por mais de 2,6 milhões de brasileiros.

Através destes dados fornecidos pelo IBGE, percebemos que a poluição com algum tipo de deficiência tem crescido cada vez mais e é necessário que a sociedade, o sistema

educacional e a legislação estejam prontos para suprir as necessidades dessa clientela, de maneira satisfatória, para que os mesmos sintam-se incluídos e integrados a sociedade.

No Brasil existem muitas leis voltadas para os portadores de deficiência, indicando a necessidade de diferenciação em relação aos demais cidadãos. No entanto, mesmo depois de decretadas, as leis são implantadas de modo lento e parcial, sendo ignoradas pela maior parte da população e assim os portadores de deficiência precisam sempre recorrer a legislação para reivindicarem seus direitos como cidadão.

Segundo a fonoaudióloga, mestre e doutora em licenciatura pela Universidade de Campinas, Ana Paula Santana (2007) em seu livro “Surdez e linguagem” o deficiente auditivo é uma pessoa cujas dificuldades não se limitam somente à esfera auditiva, visto que dependendo do grau de sua deficiência e de sua idade, poderá ter prejudicadas outras atividades físicas ou psíquicas, podendo até mesmo influenciar, na formação de sua personalidade, quando deixado sem tratamento, ou seja, diante de uma situação de surdez seja ela adquirida ou de nascença faz-se necessário à busca de atendimento especializado para que a vida dessa pessoa surda não seja anulada diante da sociedade.

Segundo o pensamento de Penny Mc Lean, “Amar não significa tornar o outro adaptado, submisso ou semelhante a nós. Amar significa libertá-lo, deixá-lo livre, deixá-lo viver”. Esse é o desafio que as instituições de ensino possuem, encontrando muitas dificuldades na realização da inclusão, com o objetivo de proporcionar uma aprendizagem significativa para os alunos com deficiência auditiva. A linguagem utilizada para com os surdos é a maior barreira que o professor alega ao lecionar para eles. Oliveira (2003, p. 179) relata que:

O pensamento do professor sem desejo e sem perspectiva, presentificando num corpo sem movimento vivo, influencia uma prática pedagógica sem significado que, por sua vez, inibe os desejos e expectativas dos alunos a quem ela é dirigida, sejam ouvintes ou surdos.

Faz-se necessário objetivar o ensino aos surdos e ainda juntar esforços com todos os profissionais da escola para assim libertar as possibilidades de desenvolvimento da escola no âmbito da inclusão. Ao invés de adaptar, submeter os surdos ao modo como algumas instituições de ensino pensam que deve ser a inclusão e sim olhar para os deficientes como verdadeiros cidadãos, que participam da sociedade em que vivem e precisam compreender e entender o ambiente que os cercam, pois não há ninguém perfeito que se encontre além das

perspectivas humanas, todos estão sujeitos a necessidades especiais seja a utilização de óculos a um aparelho auditivo.

Desta forma percebemos que o ser humano dentro desse discurso de educação e direito, faz mediação entre a inclusão e as deficiências, analisando o discurso da lei, que propõe uma inclusão utópica, distante de tudo que a própria condição humana permite, dentro de uma educação que é voltada para a valorização e exaltação dos “melhores”, dos “normais”, ou seja, daqueles conseguem seguir o padrão de qualidade imposto pela escola ou do mercado e que não precisam de adaptações para “alcançarem” a farsa dos bons resultados que não passam de números que de nada irá significar para a vida desses sujeitos.

É preciso lembrar que a escola tem uma dívida a saldar em relação aos alunos que excluímos por motivos tão banais durante muito tempo, tendo que assegurar não apenas o acesso, mas a permanência, pois não há como caminhar com um pé em cada canoa, precisamos de uma escola que reconhece e valoriza as diferenças.

Temos muitos desafios a enfrentar para atingir a educação como direito de todos, com intervenções e ações desencadeadoras e apropriadas para que a escola seja um espaço de aprendizagem para todos os alunos, deixando viver sem bloquear e sem rotular que é a forma mais digna de se tratar o ser humano.

3- A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DOS SURDOS

As pessoas com surdez enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrente da perda da audição e da forma como se estruturam as propostas educacionais das escolas. Muitos alunos como surdos podem ser prejudicados pela falta de estímulo adequados ao seu potencial cognitivo, sócio afetivo, linguístico e político-cultural e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem.

Segundo Massone (1993, p.76):

...O surdo sofre assim “uma decepção constante, porque o oralismo o lembra do que nunca poderá ser e o deixa livre a incerteza do seu próprio destino”. O oralismo estabelece clara e explicitamente a inaceitabilidade da diferenciação linguística quando esta diferença não é só gramatical e léxica, mas também quando é transmitida através de uma modalidade distinta. Constitui uma ferramenta da sociedade ouvinte para estabelecer o seu pré-requisito o domínio no uso da fala. Os surdos vivem num mundo que foi feito para o ouvinte, mas com o qual deve continuamente se confrontar.

A intenção da inclusão é permitir que o deficiente participe das atividades sociais e educacionais da comunidade tendo por objetivo oferecer ao deficiente educação e reabilitação em ambientes regulares, surgiu daí as classes especiais que se constituíram em um espaço de segregação, pois passaram também a receber os alunos com problema de aprendizagem, considerados deficientes mentais leves, acabando com a proposta das classes especiais era atender a cada deficiência em um momento específico para que cada deficiência fosse atendida de acordo com sua necessidade.

Segundo esta proposta, as pessoas com necessidades especiais precisavam ser preparadas para assumir seus papéis como cidadão, para isso fazia-se necessário uma parceria entre a sociedade e as pessoas especiais, para que fora dos muros das salas especiais as pessoas ditas “normais” tratassem as pessoas com deficiência de maneira igual com o objetivo de solucionar problemas da exclusão proposto por um discurso de hegemonia que coloca a heterogeneidade que como algo destrutivo e maléfico para a sociedade.

Percebendo as falhas das salas especiais surgiu a lei de diretrizes e bases 9394, em 1996, que assegurou a criança deficiente física, sensorial e mental o poder e dever estudar em classes comuns. Dispõe em seu art. 58, que a educação escolar deve situar-se na rede regular de ensino e determina a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado.

Prevê também recursos como classes, escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração em classes comuns. O art. 59 completa a adequada organização do trabalho pedagógico que os sistemas de ensino devem assegurar, a fim de atender as necessidades específicas, assim como professores preparados para o atendimento especializado ou para o ensino regular, capacitado para integrar com os educandos portadores de necessidades especiais nas classes comuns. A qualidade do processo de inclusão está, portanto, diretamente relacionada à estrutura organizacional da instituição.

A educação do surdo voltou-se mais ao desenvolvimento da comunicação do que a transmissão de conhecimentos, pois era preciso validar uma maneira possível para a comunicação entre os surdos e os professores das classes regulares, que nada sabiam a cerca dessa maneira de comunicar-se com as mãos o que já desvincula o surdo a educação, ao direito de liberdade e igualdade proposto pela lei.

No Brasil a maioria dos deficientes auditivos que tem acesso à escola e ao atendimento especializado têm sido tratados por métodos que visam à comunicação oral, aquela em que eles precisam prestar total atenção nos lábios do emissor para compreender o que eles dizem através de uma leitura labial. Se por um lado muitas crianças apresentam bons resultados com este método, outras, devido à perda auditiva profunda ou a dificuldades próprias de compreensão, não conseguem o mesmo aproveitamento, já que em se tratando de aluno com deficiência auditiva não há regra ou uma receita que garanta o bom resultado para aprendizagem.

A língua utilizada por eles é a Libras- Língua Brasileira de Sinais e assim como toda a língua de Sinais é uma língua de modalidade visual-gestual, que utiliza como canal as expressões faciais e movimentos gestuais percebidos pela Língua Portuguesa, que é uma língua oral já que tem como canal o meio de comunicação sons só percebidos pelos ouvidos.

A surdez limita o surdo de fazer uso de forma do instrumento mais importante de comunicação do ser humano que é a fala. Depois de pesquisas realizadas na área da linguística na década de 1960, compreende-se que a língua de sinais não é uma simples representação manual da língua falada, e sendo assim o surdo passa a ser visto como diferente e não mais como deficiente, a língua de Sinais é a língua natural do surdo e, assim sendo facilmente será adquirida por eles principalmente se trabalhada desde o início de sua alfabetização linguística.

As pesquisas sobre a língua de sinais obtiveram muitos avanços e possibilitaram o esclarecimento sobre a causa do uso simultaneamente não quer dizer que está se usando duas línguas, mas sim duas formas distintas de uma mesma língua. Na educação as escolas comuns

devem adaptar-se á diversidade dos seus alunos podendo assim permitir o exercício da cidadania tanto para os alunos “incluídos” quanto para toda a comunidade escolar.

Os professores têm procurado fazer cursos de Libras fora da escola, já que não tem nenhuma proposta oficial de ensino no sentido desse curso, o que seria indispensável para a alteração do método de ensino do professor. São dadas muitas exigências pela lei e poucas possibilidades organizacionais para mudança do modelo educacional dos alunos surdos, visto que se a escola e os professores não recebem nenhum instrumento e nenhuma formação para o acolhimento e interação com esses indivíduos é impossível garantir a permanência dos mesmos.

Eles mesmo tendo a vontade de aprender e a intenção de trabalhar dentro deste novo modelo, não têm condições e preparações precisas para organizar uma proposta curricular adequada. As barreiras sociais influem diretamente na vida escolar, causando prejuízos para o ambiente que necessita ser puro e referência para todo cidadão. De acordo com Thais Gurgel (2007, p. 39): “Não basta acolher. A ordem do dia é garantir que os estudantes com deficiência avancem nos conteúdos.” Pois só inserir os alunos, dar-lhes um interprete é incluir, mas não é interagir, é preciso que esses alunos incluídos adquiram os conhecimentos condizentes com os “normais” e não estejam ali na sala só para o cumprimento da lei.

Uma pesquisa ilustra as dificuldades enfrentadas pelos deficientes auditivos na escola, foi constatado que 92,5% frequentavam o ensino regular, porem, o sistema educacional não oferecia um atendimento adequado, pois os alunos com perda auditiva grave (22,2%) necessitavam de recursos que não estavam disponíveis. As famílias adotaram procedimentos paralelos, tais como terapia fonoaudiologia e reforço pedagógico, para que se esses alunos, principalmente os que apresentavam perdas graves, tivessem meios para um processo de reabilitação mais eficaz e com possibilidades de sucesso.

Dentre os indivíduos pesquisados 70,3%,freqüentavam a rede publica de ensina e 14,8% a rede particular. Dos que se encontravam na rede particular 48,1% faziam também reforços pedagógicos. Em relação aos alunos da rede publica, somente 7,4% com perdas auditivas de severa a profunda, frequentavam a classe especial.

A pesquisa mostrou também que os indivíduos com perda de audição de grau leve a moderado não encontraram grandes obstáculos para o processo de escolarização e frequentavam series compatíveis como a faixa etária (40,8%). Já nos 22,2% dos indivíduos com perdas severas a profunda, ficou evidente a dificuldade acadêmica diante da incompatibilidade da faixa etária com serie escolar.

De acordo com dados do Censo Escolar do MEC até 2012 (Brasil, 2012), os deficientes auditivos constituíam 13% dos alunos matriculados com necessidades especiais. A grande maioria estava no ensino fundamental. Apenas 899 tinham chegado ao ensino médio. A pré-escola, essencial para o desenvolvimento da criança deficiente auditiva, contava com apenas 6.618 alunos matriculados. Taís números mostra o insucesso do deficiente no sistema mantido até então, apesar dos recursos disponíveis.

A escola não pode mais continuar ignorando os deficientes auditivos, fingindo que estão em sala, que estão inclusos. Ela é um espelho da sociedade, e se a sociedade muda, ela tem a obrigação de mudar também. Se a sociedade for todos, a escola é para todos.

Dessa forma, as secretarias de educação e as unidades escolares devem estar engajadas nesse compromisso, cabendo-lhes agir na formação dos professores e no acompanhamento pedagógico das atividades que serão desenvolvidas para essa população, cabendo ainda pressionar as secretarias para a melhoria da infraestrutura das escolas. Sabendo que, um professor qualificado para atuar na área da inclusão também estará minimizando e trazendo a tonar um discurso bastante utilizando na educação e pouco usando na realidade escolar, a interdisciplinaridade como instrumento que permeiam o cotidiano escolar dessas crianças na relação com seus colegas, trabalhando o preconceito, a discriminação e as formas de tratamentos desagradáveis. Ou seja, precisa de uma ação coletiva, Estado, as unidades escolares, a sociedade. Como afirma Ainscow e Tweddle.

Todos nós no serviço educativo, devemos procurar erradicar a utilização de todas as formas de rotulação, (...) reconhecendo que são essencialmente discriminatórias. Em seu lugar devemos encontrar vias de reconhecimento da individualidade de cada aluno, de que todas as crianças experimentem dificuldades de aprendizagem e de que todos podem ter êxito. (AINSCOW, TWEDDLE, 1998, p. 69).

Ou seja, para que a inclusão real da pessoa surda aconteça, a sociedade escolar precisa mudar sua forma de distribuição do conhecimento, e perceber que a humanidade é regida pela diferença, e que a escola não pode manipular um ensino voltado para igualdades inexistentes com um currículo rígido que deve ser seguido a risca pelos alunos, prejudicando aqueles que não conseguem encontrar-se dentro desse modelo.

Conforme Paulo Freire (2005, p. 68) deve ficar estabelecido que:

Se o educador é o que sabe, se os educandos são os que nada sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir, o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser de 'experiência feito' para ser de experiência narrada ou transmitida.

A educação precisa ser baseada na afetividade e na superação de limites. Que todos aprendam a respeitar as diferenças em sala de aula, preparando-se assim para o futuro, a vida e o mercado de trabalho, pois vivendo a experiência inclusiva, e se ela acontecer desde o início da vida, serão adultos bem diferentes de nós, e por certo não farão discriminações sociais.

A inclusão do portador de deficiência no sistema escolar pode permitir que ele gradualmente passe a contar com os mesmos benefícios oferecidos aos demais educandos, porém para que isso se efetive é necessário mudanças curriculares que retire a pessoa com deficiência da exclusão coloque a mesma como alvo da aprendizagem.

4- RELATO DE CAMPO

Nosso objeto de estudo é foi a escola municipal CENTRO EDUCACIONAL EDIVARDO TOSCANO, que trabalha com a inclusão atendendo todo tipo de deficiência, localizada na Rua Desembargador Pedro Bandeira S/N bairro do Rosário, tendo como gestora Maria da Conceição Marinho de Moraes que é especialista em Gestão Escolar. A escola atende desde o ensino fundamental I ao nível médio e a modalidade EJA com uma clientela da classe social baixa não só da cidade de Guarabira, como também das cidades vizinhas.

Nesse primeiro momento fomos á escola com o intuito de fazermos um apanhado geral para caracterização da escola desde a estrutura física ate a pedagógica, fomos recebidas pela gestora a qual nos forneceu todos os dados solicitados a ela a primorde.

Em sua estrutura física a escola tem um bom estado de conservação e quase completamente adaptada para receber alunos especiais possuindo 10 salas de aula, 1 biblioteca, 1 laboratório de informática com 15 computadores, 1 sala de rádio, 1 direção, 1 secretaria, 1 sala de professores, 1 auditório, 1 ginásio e uma cantina. Quase todos os ambientes interligados por rampas, para facilitar a locomoção dos cadeirantes. Em sua área pedagógica e técnica ela possui 35 professores distribuídos em toda a escola, 1 diretora, 1 adjunta, 2 coordenadoras, 4 interpretes, 1 vigilante, 2 cozinheiras, 4 auxiliares, 1 radialista e 1 pedagoga.

Todos os professores possuem nível superior, com especialização e alguns com mestrado. A faixa etária é de 30 a 50 anos e todas do sexo feminino. As professoras contam com o apoio de duas coordenadoras pedagógicas que são Maria José Fabrício e Niégda Fernandes Marreiro. A escola possui também 485 alunos, desde total 70 possui necessidades especiais e 25 especificamente possuem necessidades auditivas, os alunos são tanto de zona rural quanto de zona urbana, sendo 70% do sexo feminino e 30% do sexo masculino, com idade de 6 a 18 anos nas salas regulares de ensino fundamental e de 20 a 40 anos na modalidade da EJA.

A escola conta com 20 funcionários para auxiliar nas atividades sendo 2 do sexo masculino e 18 do sexo feminino, com idades de 30 á 60 anos que possuem o ensino fundamental completo. A escola trabalha bastante com projetos como “Educação Ambiental”, “Interação Família escola”, “Ler Prazer e Saber”, “Escola que transforma” e entre outros, contando com a contribuição de instituições privadas como por exemplo a Alparbatas.

Terminando esta parte estrutural de diálogo com a gestora, partimos para as observações das salas de aulas, utilizando a técnica qualitativa com o intuito de compararmos e interpretarmos o discurso da inclusão com a prática inclusiva da pessoa surda nas salas de aula regular, como destaca Frederick Van Amstel (2007):

Pesquisa qualitativa é basicamente aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Ao invés de estatísticas, regras e outras generalizações, a qualitativa trabalha com descrições, comparações e interpretações.

Desta forma ao entrarmos na escola já percebemos a tentativa de adaptação física por todos os lados, rampas, corredores mais largos em alguns momentos e corrimões, no entanto ao analisarmos detalhadamente essas adaptações percebemos erros graves, como pontas de rampas quebradas, onde os cadeirantes não podem subir sozinhos e corrimões mal posicionados que para os cegos levaria a queda.

Surgiu aqui à contradição com o que explanamos durante todo trabalho teórico a cerca da real inclusão, que não deve mudar apenas sua estrutura física, mas todos os paradigmas de exclusão impostos dentro da escola pela sociedade, visto que o ambiente físico ajudará apenas na locomoção, mas a quebra dos paradigmas ajudará na construção da base da inclusão que é a interação.

Entramos nas salas, percebemos sua péssima estrutura física, com cadeiras inadequadas para inclusão, falta de ventilação, de iluminação, e tomadas que causariam até a morte de um aluno, as salas que possuem deficientes auditivos tem uma interprete independente do número de surdos por sala, porém existe no turno da manhã desta escola um aluno que deveria estar no 1º ano e que por não ter interprete na sua sala dele o mesmo é atendido no 3º ano junto com uma menina que é surda também.

A interprete que atende esses dois alunos não trabalha com eles os conteúdos propostos pela série em que eles estão inseridos, alegando que os mesmos ainda não são alfabetizados e por isso não tem condição de acompanhar o conteúdo proposto, os alunos da sala não interagem com eles em brincadeiras e partilhas de objetos, visto que os mesmos não sabem libras, só conhecem sinais de xingamento e utilizam-se deles para ofender os dois incluídos. Desta forma nós remetemos a um questionamento: Então qual a intenção desses alunos surdos estarem ali?

Desta forma percebemos dentro do ambiente escolar em análise, a contradição entre o discurso inclusivo e a prática de inclusão, principalmente neste caso, pois a escola tenta incluir todas as deficiências sem um acompanhamento específico para cada área da

deficiência desses alunos e isso torna esse ambiente um local em colapso permanente, visto que são muitos conflitos internos não são resolvidos e as pessoas com deficiência são sempre tratadas como casos isolados, colocando-os em um papel de excluídos mesmo estando dentro de um processo de inclusão.

Nenhum dos professores entrevistados possui curso de libras com aprofundamento em conversação e interpretação, para interagir com os alunos surdos da sala, alguns alegam possuir formação continuada, ou seja, um curso básico que não os habilitam a dialogar com seus próprios alunos.

Neste momento podemos ver na prática o desmascarar do discurso perfeito de inclusão, onde os professores devem ser capacitados para comunicar-se com esses alunos e manter uma relação afetiva com eles e assim estimular a interação dos mesmos com os outros para que eles estejam realmente incluídos no processo de ensino e aprendizagem.

Muitas vezes esses alunos surdos são levados a outros ambientes para fazer as atividades propostas pelas intérpretes, visto que na sala regular não é possível, pela falta de material didático, que como relatamos na parte teórica deste trabalho a pessoa surda precisa de outros mecanismos para efetivar a aprendizagem da libras e transformá-la em língua portuguesa, na sala regular falta espaço físico para realização destas atividades e existe também a desconexão com o que está sendo trabalhado com a turma dos ditos “normais”.

Com essa percepção da realidade é possível nos questionarmos da seguinte maneira, se os alunos surdos não são estimulados a conversar com os demais, se eles não possuem interação com as professoras titulares da turma, se eles estudam conteúdos diferentes, se precisam de metodologias diferentes, de materiais diferentes, de suportes que a sala regular não possui e de uma professora que fale a linguagem específica do surdo, então qual o objetivo deles estarem ocupando um espaço que não é deles e que não atende a suas necessidades?

Pelo que tratamos teoricamente no corpo do texto deste trabalho, é perceptível a desconexão do discurso legal, ou seja, proposto pelas leis, com a realidade da prática inclusiva que no ambiente escolar, ou seja, na ponta do novelo do discurso inclusivo não existe. E os alunos surdos são apenas enganados e prejudicados não só pela escola, mas pela sociedade como um todo que mesmo sabendo que a escola tem um discurso falso de ensinamento em nada se mobiliza, pois, também acredita que os surdos não merecem um ensino de qualidade.

Tudo que acontece dentro dessa escola com os surdos é resolvido pelas intérpretes que fizeram o curso de Libras na FUNAD com duração de 4 anos e falam fluentemente libras com eles, isto é, na verdade o que acontece nessa escola é só a inclusão, porém a interação

que é a sustentação da inclusão e o que da suporte para os incluídos permanecerem no ambiente escolar passou longe desse lugar.

Como utilizamos da pesquisa bibliográfica antes de fazer nossas observações, analisando todo processo histórico, político e legal da inclusão, foi possível percebermos situações que nos remetem a uma exclusão fantasiada de inclusão, onde os alunos com deficiência precisam ser mostrados como algo que está ali, mas que nada verdade de nada influencia nesse processo de aprendizagem.

A pesquisa abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, documentos mimeografados ou xerocopiados, mapas, fotos e manuscritos, etc. Todo material recolhido deve ser submetido a uma triagem, a partir da qual é possível estabelecer um plano de leitura. Trata-se de uma leitura atenta e sistemática que se faz acompanhar de anotações e fichamentos que, eventualmente, poderão servir á fundamentação teórica do estudo (ANDRADE, 1997, p. 54).

E foi através dessas pesquisas, leituras e interpretações que mediamos os conhecimentos propostos pela utópica discursiva inclusão da lei e de alguns autores, que acham que incluir é apenas aceitar o diferente, esquecendo todas as peculiaridades próprias ao ser humano que ficam cada vez mais afloradas com estão em confronto na realidade da sala de aula.

Em diversos momentos de observação tivemos contato com a falsa inclusão, pois todos os funcionários são preparados para fingir serem inclusivos com todos os alunos prioritariamente no tratamento com eles, porem é através disso que percebemos a falta de conhecimento teórico sobre a verdadeira face da inclusão, visto que em nenhum momento a inclusão propõe uma educação sem limites para eles, isto é, fazer sempre o que eles querem, na hora que querem alegando que são “especiais” e por isso deve-se acatar todas as decisões deles, isso não é inclusão.

Quando nos referimos na teorização deste trabalho em “tratamento igual aos iguais e desigual aos desiguais”, não estávamos nos referindo a este tipo de tratamento, sem limites e sim a um atendimento educacional que atendesse as necessidades desses alunos de maneira ampla, sem propor dentro da inclusão uma exclusão motivada pelos limites aparentes do surdos, e dentro desses aspectos ficava cada vez mais claro que a escola não recebeu embasamento teórico anterior e nem depois da decisão de incluir.

Fazer a inclusão acontecer ultrapassa essas teorias construídas pelo leiguísmo social e transparece na simplicidade dos acontecimentos dentro da escola, pois a todo momento deve

ficar claro a necessidade dos alunos e da escola interagirem e mostrarem o que construíram em conhecimento juntos durante esse percurso do aluno no interior da escola.

Ficou notável nos discursos dos próprios professores que trabalhar com a inclusão é mais que um desafio, é enfrentar problemas, pois as deficiências fogem da normalidade e não podem ser retiradas da sala, por que os mesmos estão ali não por uma escolha, mas por uma imposição do novo discurso da lei e depois de tantos anos de profissão com carga horária tripla não se tem condição de se adaptar aos deficientes, é preciso que quem venha chegando se adapte ao que já se tem.

Para coleta das informações e dados, além da observação necessária para o trabalho de campo, utilizamos também a entrevista que segundo Morgan (1988) é uma conversa entre duas ou mais pessoas intencionalmente dirigidas por uma das pessoas, com o objetivo de saber informações sobre a outra. Nela há algumas características com possibilidades diversificadas e relativas às questões e respostas, interação direta e maior eficácia de resposta. É afirmado por Hartley (1994, p. 209):

Dentro da ampla estratégia de pesquisa do estudo de caso, pode-se empregar vários métodos - qualitativos, quantitativos ou ambos - embora a ênfase seja empregar métodos qualitativos, em função dos tipos de problemas que geralmente são associados e melhor compreendidos por meio de estudos de caso. Os métodos mais utilizados são : observação, observação participante e entrevistas (semi-estruturadas ou não estruturadas). Pode-se utilizar também questionários para complementar os dados obtidos a partir de observação e entrevistas.

Fizemos entrevista com alguns professores e foi através da mesma que muitas mascaras inclusivas foram retiradas, visto que na escrita muita coisa pode ser camuflada, com a palavra o ouvinte fará sua interpretação ligando, a voz, as expressões e as respostas. Foi feita entrevista com os alunos normais e os deficientes auditivos, os quais entendem-se como diferentes um dos outros, visto que quem ouve não precisa de três maneiras para aprender a libras, o concreto e o português e não precisa também de uma terceira pessoa para conseguir compreender o que passa ao seu redor.

Em ambientes reservados alguns professores assumem que a secretaria do município coloca lá na escola professores do lado político oposto com o intuito de castiga-los com o atendimento dos alunos com deficiência, e muitos professores assumem que logo que foram colocados lá ficaram com medo de como seria trabalhar com as pessoas com deficiência, mas que agora com o decorrer dos anos percebe que para os professores nada muda, pois eles não

precisam fazer nada de diferente para incluir esses alunos é só eles ficarem na sala com seus interpretes ou cuidadoras que tudo está tranquilo.

Para os alunos ditos normais tanto faz os surdos estarem ali ou não por que não os conhecem e nem interagem com eles, mas para os surdos está ali é ficar fora do seu mundo e entrar no mundo dos outros, pois vê a professora falando é incomodo, visto que fica mais perceptível ainda a sua deficiência criando nos mesmos o desejo de ouvir e falar também como a professora.

Podemos nos remeter mais uma vez a parte teórica da inclusão que propõe a formação dos professores para atuarem com a inclusão, e diante dessa realidade tão forte, percebemos a necessidade urgente de formação continuada com esse profissionais da educação, para que esses alunos incluídos não sejam mais um de muitos que iram apenas passar pela escola como objeto de manobra da sociedade, sem se constituírem como cidadãos ativos e participantes do processo de ensino e aprendizagem dentro e fora da escola.

Para os surdos eles deveriam estudar em uma escola bilíngue onde todos só falassem libras, inclusive o professor, sem interpretes, onde o ouvinte poderia estudar, mas teria que viver a primeira língua do surdo, pois só assim a sociedade, as leis e as escolas estariam proporcionando uma inclusão real, pois o surdo seria alfabetizado não com a língua dos ouvintes que é algo que eles não entendem plenamente, mas com a LIBRAS que é a sua primeira língua e assim concorreria dentro da sociedade de igual para igual com os ouvintes.

Analisar a realidade inclusiva partindo de um pressuposto teórico embasado por autores de grande potencial argumentativo é conflituoso para o pesquisador, pois ler tantos discursos positivos acerca de uma inclusão imaginaria, deixa-nos motivados a incluir também, mas quando nos deparamos com o fracasso inclusivo na prática da sala de aula que é o que mais importa, percebemos que tudo que foi dito não passam de palavras que apenas refletem uma utopia de que as escreve.

Com este trabalho não pretendemos utilizar essa escola como um padrão inclusivo para a sociedade comungar com a nossa opinião de não incluir, porem tivemos o intuito de revelar diante de todos como a inclusão tem acontecido em 90% das escolas Brasileiras que decidem incluir sem saberem qual o real sentido da inclusão, como, quando e por que ela deve acontecer.

Ver diante de nós pessoas que precisam apenas de uma educação de boa qualidade que é garantida pela lei, para desenvolverem potenciais e habilidades incríveis e de grande

utilidade para a sociedade serem incluídos e perdidos apenas pelo egoísmo de acreditarmos que um dia essa educação dará certo mesmo não tendo nenhum resultado positivo até hoje, é frustrante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos construindo uma escola para todos, chamada então de acessível. O gestor precisa ter visão de seu ambiente; precisa saber que sua escola tem que ter condição tal, que uma criança, um adolescente ou mesmo um adulto passe por ela e diga: gostaria de estudar nessa escola. Mas não basta o aluno sonhar e querer entrar nela ele tem que ter acesso, e principalmente, ter condições de permanecer na escola. Para isso, será necessária a motivação de gestores e professores, juntamente com toda a comunidade em tornar essa escola um ambiente desejável.

O nosso país, infelizmente, ainda precisa de muitas modificações. Na educação sentimos uma debilidade e negligência da parte de nossos governantes que estão mais preocupados com a economia deles, enquanto existem crianças que hoje precisam de atenção para que possam ser melhores no futuro e não serem chamadas atenção porque ninguém soube as entender antes, sofrem com a miséria e o descaso de uma má educação, sem direito a uma vida digna que todo cidadão deseja. São jogadas de um lado para o outro sem ter uma resposta clara do que realmente é o certo para a sua educação escolar, tornando-o mais um desse sistema que ninguém sabe ao certo quem o administra.

A inclusão deve ir além da estrutura física da escola, a capacitação dos profissionais que nela atuam, possibilitando o desenvolvimento de seus discentes em seus aspectos psicológico, cognitivo, motor e afetivo. É importante que o profissional da educação perceba o mundo do não-ouvinte e assim, através desta interação e do respeito, passe a compreender o processo de desenvolvimento deles.

As diferenças sociais estão presentes na escola. Porém, hoje vivemos num mundo onde é impossível fechar os olhos à outra diferença: a diferença da igualdade. Todos nós temos o mesmo direito de ser diferente, isto é, somos todos seres humanos, e como tais, iguais perante a lei. Contudo, nunca antes se valorizou tanto o direito natural de cada um de nós de se expressar, conforme as suas características. A escola é um espelho da sociedade, e se a sociedade muda, ela tem a obrigação de mudar também, se a sociedade fosse de todos, a escola seria para todos também, porém a sociedade pertence a uma classe que domina o discurso da realidade.

Mas, vale ressaltar que a inclusão não acontece só dentro dos muros da escola regular, pois se levarmos em consideração a escola bilíngue citada pelos alunos da escola observada,

percebemos que a melhor maneira de incluir é permitir que esses alunos tenham a oportunidade de escolher em qual ambiente de aprendizagem eles desejam ser incluídos.

Com o que observamos na escola, percebemos que o melhor caminho para inclusão é buscar outros mecanismos que a efetive primeiramente na sociedade como um todo, para depois atuar na escola, visto que a escola é apenas uma fragmentação da sociedade que historicamente e atualmente ainda é bastante exclusiva.

A inclusão não é uma inovação, além disso, seu sentido tem sido distorcido, acreditando que estando o aluno deficiente em sala ela já está sendo feita, mas se sabe que vai muito além do corpo presente. No entanto, inserir alunos com déficits de toda ordem, permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos no ensino regular nada mais é do que garantir o direito de todos à educação, como diz a Constituição, mas é notório que essa mistura não tem dado bons resultados nos aspectos da aprendizagem, visto que, termina ninguém sendo atendido da maneira que deveria ser.

Faz-se necessário, segundo o pensamento de Paulo Freire (2005) sobre o alfabetizando, que ele deve se descobrir como homem, sujeito si de todo processo histórico de sua sociedade e esse deve ser o pensamento sobre o surdo. Conscientização, isso é, conscientizar-se do mundo a sua volta e nada melhor que a instituição de ensino que atenda as necessidades desses alunos para apoiar esse domínio de mundo que todos devemos ter.

A educação precisa ser baseada na afetividade e na superação de limites onde todos aprendam a respeitar as diferenças em sala de aula, preparando-se assim para o futuro, a vida e o mercado de trabalho, pois se vivêssemos a experiência inclusiva dentro da sociedade, e se ela acontecesse desde o início da vida, formaríamos adultos bem diferentes de nós, e por certo não agiriam com discriminações sociais.

Se escolas elaborarem com autonomia e de forma participativa o seu Projeto Político Pedagógico estará contribuindo grandemente para a realização eficaz da inclusão, mas lembrando sempre que apenas essa questão não é suficiente para o completo desenvolvimento do incluir, visto que incluir é ir além dos nossos paradigmas constituídos durante anos.

O acanhamento deve ser transformado na boa vontade, o compromisso deve prevalecer, enfrentando, com segurança e otimismo, desafios e dificuldades da inclusão dos surdos, enxergando, com clareza e obviedade, a proposta inclusiva e assim ajudando a colocar a máquina escolar enferrujada a trabalhar com dignidade e amor.

Dentro dessa análise unimos a realidade pesquisada ao nosso método de pesquisa que é o discurso e percebemos que o discurso da lei, não interfere na prática das escolas inclusivas por que não existe nada na prática escolar que esteja ligada a necessidade da efetivação da aprendizagem dos alunos surdos, tudo acontece de maneira desordenada e sem nenhuma intenção inclusiva.

E o surdo não precisa ser obrigado a entrar e permanecer em um ambiente que não tem interação com ele, onde ele sintasse mais excluído do que incluído, na verdade ele precisa desenvolver seu potencial argumentativo para decidir de maneira consciente onde quer desenvolver a sua aprendizagem sem forçar que as pessoas os aceitem dentro da escola regular só para o cumprimento de leis sem o objetivo de desenvolver as suas potencialidades.

Se a sociedade e a escola vão aceitar o desafio de ajustar-se para uma educação inclusiva verdadeira e parar de fingir que está tudo bem quando não se tem nada organizado isso não podemos afirmar. São tantas dúvidas, tantas esperas, mas precisamos perseverar naquilo que tanto queremos que é uma educação adequada os surdos. Ficando a dúvida se um dia os governantes da sociedade brasileira irão perceber o que realmente é necessário para que a aprendizagem do aluno surdo seja efetivada saindo do discurso apenas da inclusão e partindo para políticas que realmente efetivem a interação.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, José Eduardo (Org.). **Educação Especial: temas atuais**. Marília: Unesp-Marília Publicações.2000.

PONTIFICA Universidade Católica do Paraná. Avaliação da pessoa portadora de deficiência face ao mercado de trabalho. Curitiba: Educa (SID)

EIZIRIK, Marisa Faermann, **Porque a diferença incomoda tanto?** Texto em artigo. Porto Alegre, 2000.

LABORIT, Emmanuelle. **O vôo da gaivota**. São Paulo: Best Seller, 1996.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neolinguísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. (org.). **Educação e inclusão social de pessoas com necessidades especiais: desafios e perspectivas**. João Pessoa: Universitária UFPB.

GURGEL, Thais. Inclusão, só com aprendizagem. **Revista Nova Escola**, São Paulo: Editora Abril, n. 206, p. 39, out., 2007.

REDONDO, Maria Cristina da F. e CARVALHO, Josefina Martins. Cadernos da TV Escola: **Deficiência auditiva**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000345>. Acesso em: 01 de setembro de 2012.

SALGADO, Elisabeth. **Inclusão: sonho ou realidade?** Disponível em: <http://www.elisabethsalgadoencontrandovoce.com/inclusao_escolar_sonho_realidade.htm> Acesso em: 15 de Setembro de 2012.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB). <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 16 de Agosto de 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar-Oque é? Por quê? Como fazer?** Campinas, São Paulo, Julho de 2003.

BEYER, Hugo Otto. A educação inclusiva: Ressignificando conceitos e práticas da educação especial. **Revista Da Educação Especial**, Brasília: Editora Ltda. n° 02, p.9, Agosto, 2006.

_____. **Todas as crianças são bem vindas à escola**. Disponível em: <<http://www.pro-inclusao.org.br/textos.html>> Acesso em: 25 de junho de 2009.

COLL, César. **Desenvolvimento psicológico e educação** / organizado por César Coll, Álvaro Marchesi e Jesús Palácios; trad. Fátima Murad – 2. Ed. – Porto Alegre: Artmed, 2004. 3v.

PINHEIRO, Lucineide Machado. **Língua de Sinais brasileira: libras I** / Lucineide Machado Pinheiro. – São Paulo: Know How, 2012.

VALDIR, Balbueno. **Língua de sinais brasileira: libras II** / Valdir Balbueno. – São Paulo: Know How, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** / Maria Teresa Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto; Valéria Amorim Arantes, organizadora. – São Paulo: Summus, 2006. – “Pontos e contra pontos”